

INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: VIVENCIANDO A AMARELINHA AFRICANA NA ESCOLA

James Fernandes de Medeiros ¹
Jocicleide de Sousa Freitas ²

RESUMO

A inclusão escolar é atualmente um tema complexo e desafiador, necessitando de um envolvimento de todos os profissionais de educação. Dessa forma, com o propósito de diversificar as práticas corporais para além dos esportes tradicionais e despertar um olhar inclusivo rumo a uma escola igualitária, buscou-se proporcionar vivências inclusivas nas aulas de Educação Física Escolar. Nesse sentido, a presente pesquisa socializa uma proposta de ação pedagógica sobre a amarelinha africana, um tipo de amarelinha diferente da tradicional, que ajuda no desenvolvimento do equilíbrio, lateralidade, coordenação motora e cooperação com música e ritmo para brincar. Assim, percebeu-se na amarelinha africana potencial inclusivo nas aulas de Educação Física escolar ao envolver estudantes sem e com deficiências física e/ou intelectual. O objetivo deste estudo é socializar uma possibilidade de prática pedagógica inclusiva na Educação Física escolar por meio de vivências utilizando a amarelinha africana. O estudo trata-se de uma pesquisa-ação de natureza descritiva, cujos participantes foram 63 estudantes dos 6º anos A e B do Ensino Fundamental (Anos Finais) em uma escola pública em Natal/RN. A pesquisa ocorreu durante o 1º bimestre de 2024, na qual foram desenvolvidas quatro aulas, sendo duas para conhecer e dialogar e duas para vivenciar a amarelinha africana. Adotou-se como instrumento de pesquisa a observação participante e os resultados obtidos foram analisados. Esses resultados apontam que o trabalho pedagógico com a amarelinha africana permitiu a inclusão nas aulas de Educação Física, posto que envolveu educandos sem e com deficiências em uma prática percebida por eles como divertida, em que não existiram vencedores nem perdedores, mas, sobretudo, imperou o respeito às diferenças, a interação e a inclusão de todos.

Palavras-chave: Brincadeira, Amarelinha africana, Educação Física, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é atualmente um tema complexo e desafiador que, para acontecer no âmbito das instituições de ensino, necessita do envolvimento de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, professores, coordenadores, gestores, funcionários, estudantes e familiares precisam compreender e se engajar no processo inclusivo rumo a uma escola inclusiva que respeite as diferenças e reflita sobre discriminações,

¹ Mestre do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jamesprof@gmail.com;

² Mestre do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jocicleide.freitas.041@gmail.com.

preconceitos e injustiças sociais, especialmente, em relação aos estudantes com algum tipo de deficiência física, intelectual, sensorial, psicossocial ou múltiplas.

Apesar das pessoas com deficiência terem direito de uma educação de qualidade e ser necessário que as instituições escolares assegurem uma educação formal realmente inclusiva, nem sempre o processo de inclusão ocorre de fato na prática pedagógica no cotidiano escolar. Desse modo, os desafios são múltiplos para envolver todos os estudantes no processo educativo na sala de aula. Diante do processo inclusivo, o professor deve assumir papel fundamental para pensar em estratégias de ensino capazes de não somente ocupar o tempo pedagógico dos estudantes, mas, sobretudo, apresentar possibilidades didático-pedagógicas efetivas no processo constante de inclusão de todos os educandos.

Para Betti e Zuliani (2002), destacam-se quatro princípios metodológicos no ensino de conteúdos específicos da Educação Física Escolar, a saber: inclusão, diversidade, complexidade e adaptação ao aluno. Para os referidos autores, o princípio da inclusão trata que todos os conteúdos e estratégias escolhidos para serem desenvolvidos nas aulas de Educação Física devem sempre proporcionar a inclusão de todos os discentes no processo educativo. No tocante ao princípio da diversidade, compreende-se que a escolha dos conteúdos deve, quando possível, incorrer sobre a totalidade da cultura corporal de movimento, dentre eles: jogos, esportes, atividades rítmicas, lutas/artes marciais, ginástica e práticas de aptidão física e suas variações.

Nesse sentido, destaca-se que os princípios metodológicos gerais da inclusão e da diversificação dos conteúdos estão estreitamente relacionados ao estudo aqui apresentado, posto que foi com o propósito de diversificar os conteúdos das aulas de Educação Física por meio do conteúdo de amarelinha africana³ que na ação pedagógica aqui referida descobriu-se o seu potencial inclusivo. A ação possibilitou o envolvimento, na mesma atividade, de meninos e meninas sem e com algum tipo de deficiência auxiliados pelos professores da Atendimento Educacional Especializado (AEE⁴).

³ A amarelinha africana trata-se de um tipo de amarelinha diferente da tradicional que ajuda crianças e adolescentes no desenvolvimento do equilíbrio, lateralidade, coordenação motora e cooperação com música e ritmo para brincar. A música utilizada para desenvolver a atividade e ritmo é chamada de “MINUE, MINUE LE GUSTA LA DANCE”. Acesso no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=Mo8jbYoaKrM>.

⁴ “O AEE tem por função: organizar, identificar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que minimizem os entraves para uma integral participação dos alunos, considerando suas características, limitações e potencialidades. Articular todos os setores conhecer o espectro, estar em constante

A justificativa para a escolha do conteúdo da amarelinha africana reside na participação de um dos pesquisadores deste estudo em um curso de formação continuada de professores de Educação Física da rede pública municipal de Natal/RN em 2023, em que um dos momentos formativos tratou dessa temática. Desse modo, nessa oportunidade de formação continuada de professores de Educação Física foi compartilhada uma vivência da amarelinha africana como possibilidade de conteúdo relacionado à unidade temática de jogos e brincadeiras da cultura popular, especificamente de matriz africana. Assim, a formação foi um fator motivador para que fosse apresentada essa temática na escola, e por conseguinte, ao apresentar, foi descoberto o potencial educacional inclusivo desse conteúdo.

Conforme Miranda (2021, p. 3):

O jogo Amarelinha Africana é diferente da amarelinha tradicional. Na amarelinha tradicional cada um dos participantes cumpre um “caminho” fixo desenhado no chão na sua “vez” (sequência única), e cada um compete individualmente com os outros participantes, ganhando o jogo o participante que concluir primeiro a sequência sem cometer erros. Na Amarelinha Africana o desenho no chão varia de acordo com as possibilidades de jogo e número de jogadores, e utiliza música ou ritmo.

Com o intuito de ampliar as discussões acadêmicas acerca da unidade temática de jogos e brincadeiras da cultura popular, desenvolveu-se uma sequência de aulas com a amarelinha africana de forma adaptada à realidade da escola, a fim de diversificar os conteúdos e oferecer uma atividade capaz de desenvolver os aspectos motor, social, afetivo e cognitivo dos discentes de forma integral e inclusiva.

Durante o estudo, percebeu-se na literatura acadêmica que existe uma lacuna na relação entre amarelinha africana, inclusão e Educação Física escolar. Assim, partimos do pressuposto de que o desenvolvimento da amarelinha africana nas aulas de Educação Física vai além do brincar e divertir-se, pois tem um potencial para desenvolver além do aspecto motriz, a sensibilização para a inclusão de todos os estudantes sem e/ou com deficiências.

Em virtude disso, a pesquisa aqui apresentada busca socializar a proposta de intervenção pedagógica, bem como os resultados das experiências obtidas com vistas a contribuir com o arcabouço teórico-metodológico para o fazer docente dos professores

de Educação Física visando a promoção da inclusão no ambiente escolar, haja vista que este configura-se um desafio atual e relevante no campo da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Hodiernamente, é crescente o número de discentes com algum tipo de deficiência na escola. Constatou-se que, a cada ano, esses quantitativos vêm se acentuando e isso aponta para a necessidade das instituições, bem como os docentes apropriarem-se das orientações, conhecimentos e habilidades necessários para trabalhar numa perspectiva inclusiva que contemple a todos os sujeitos. Os discentes com deficiência, certamente, são aqueles que exigem dos professores uma formação mais ampliada no que se refere à educação inclusiva e, especificamente, da Educação Física Escolar Inclusiva.

Entende-se que a formação inicial e continuada na perspectiva da educação inclusiva tem papel fundamental para possibilitarmos aos estudantes, no âmbito escolar, uma educação de qualidade para todos. O professor precisa desenvolver um olhar atento e inclusivo para envolver todos os discentes no processo de ensino e aprendizagem. E justamente isso, a inclusão de todos os educandos, é um forte desafio na educação. A inclusão escolar é um processo complexo e multifacetado que requer formação permanente do corpo docente.

Para que possamos compreender melhor o processo de educação inclusiva e pensarmos na sua aplicabilidade na escola, apresentamos os cinco princípios da educação inclusiva: “a educação de qualidade é direito humano, toda criança aprende, o processo de aprendizagem de cada criança é singular, o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos e a educação inclusiva diz respeito a todos.” Esses princípios estão descritos com maiores detalhes no *site* Diversas – Educação Inclusiva na prática⁵.

Dentre esses princípios destaca-se que, primeiramente, o acesso a uma educação de qualidade é um direito fundamental a todos e que crianças e adolescentes têm assegurado em leis nacionais o direito de estudar e aprender em uma escola preferencialmente regular. A criança sempre tem o potencial de aprender algo mesmo

⁵ Para conhecer mais sobre os princípios da Educação Inclusiva acesse: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/?ref=15215> ou acesso a página da Diversas: <https://diversa.org.br/>

com limitações e particularidades e o professor deve ser o principal mediador no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 948), “a inclusão é um tema que só recentemente entrou na agenda das políticas públicas”, colocando-se em jogo uma série de “[...] variáveis sociais e culturais que vão desde princípios e ideologias até interesses e disputas por significação”. É urgente que as políticas públicas sejam, de fato, efetivadas na prática escolar e na vida em sociedade, pois nem sempre o que é tutelado em lei, acontece realmente na prática, ou seja, concretiza-se em prol da Educação Inclusiva.

Conceitualmente, a Educação Inclusiva trata a inclusão de forma mais ampliada, a fim de contribuirmos para a inclusão de outras categorias de pessoas, tais como as de gênero, de sexo, de classe social, de raça, de etnia, de geração e pessoas com algum tipo de deficiência física, intelectual, visual, auditiva, entre outras. Então, incluir significa que essas categorias não podem ser excluídas, nem discriminadas na nossa sociedade, mas devemos sobretudo ampliar nosso olhar para o potencial e possibilidades de ações que cada um pode e consegue desempenhar diante da diversidade e das diferenças humanas.

Conforme Lopes (2011, p. 7), a inclusão é um conceito amplo que não se restringe ao que denominamos atualmente de Educação Inclusiva. A inclusão está implicada com as formas de governar as coisas do Estado, podendo ser “[...] entendida como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro fundada em uma divisão platônica das relações”.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa-ação de natureza descritiva. Adotando como referência Thiollent (2011), um tipo de estudo que relaciona o pesquisador e pesquisados envolvidos em processo investigativa na prática pedagógica concreta. Para o autor, é por meio da pesquisa-ação que desenvolve-se um conjunto de ações entre o pesquisador e os pesquisados que são capazes de transformar a realidade vivenciada pelos participantes.

O cenário da intervenção pedagógica foi uma escola pública estadual situada na zona oeste da cidade de Natal/RN, cujos participantes foram 63 estudantes dos 6º anos

A e B, faixa etária de 11 a 12 anos, dos sexos masculino e feminino, do Ensino Fundamental Anos Finais, em uma escola pública em Natal/RN. Dentre os participantes, havia dois estudantes do sexo masculino com laudo médico de Deficiência Intelectual ⁶(DI).

O presente estudo ocorreu durante o 1º bimestre de 2024, com duas aulas para conhecer e duas para vivenciar a amarelinha africana, nas quais adotou-se como principal instrumento de pesquisa a observação participante. Para Appolinário (2011, p.149), a pesquisa participante é uma modalidade que “utiliza como técnica de investigação a observação participante”, ou seja, o pesquisador é sujeito da própria ação e intervenção.

A sequência didática foi constituída por quatro aulas de Educação Física Escolar. Na primeira aula, os estudantes foram orientados a realizarem uma pesquisa para fazer em casa, sendo uma atividade escrita no caderno em forma de estudo dirigido, contendo quatro perguntas:

1. Quais são os tipos de amarelinha que existem na nossa cultura?
2. O que é a amarelinha africana? Descreva.
3. Faça um desenho no caderno que representa a amarelinha africana;
4. Assista a um vídeo do *youtube* e depois escreva como se brinca de amarelinha africana.

Esse estudo dirigido teve como objetivo fazer com que os estudantes conhecessem por meio da pesquisa uma atividade de matriz africana e suas possibilidades de desenvolvimento nas aulas de Educação Física na escola para além das brincadeiras já conhecidas, utilizando-se de ritmo e música com a finalidade de melhoria da coordenação motora. Essa atividade foi discutida e corrigida na aula seguinte, ou seja, aula 2.

Na segunda aula, o professor pediu para os estudantes de modo livre e voluntário lessem as perguntas e respostas, sendo que a cada pergunta poderia participar até três estudantes em cada uma das respostas. Em seguida, após a leitura das respostas dos discentes, o professor teceu alguns comentários para enriquecer a discussão. As questões um e dois foram essencialmente de ordem conceitual. A questão 3 foi para desenhar as

⁶ Conforme Machado (2018, p. 9), “Deficiência Intelectual (DI) é, na sua essência, uma alteração grave que se manifesta como uma deficiência do desenvolvimento das funções abstratas do conhecimento e da adaptação. Na DI, o pensamento fica intimamente dependente da experiência e da sua representação, as percepções não conseguem se generalizar, o movimento é imitativo com dificuldade de originalidade expressiva e construtiva [...]”

casas da amarelinha africana no caderno. Então, o professor aproveitou o momento para mostrar na lousa o desenho correto com 16 casas. Por fim, na quarta pergunta, pedimos para que os estudantes comentassem as análises dos vídeos e como se brinca.

Na terceira aula, os estudantes, o professor de Educação Física e a professora do AEE foram juntos vivenciar a amarelinha africana, por meio de um processo de descoberta e experimentação, foram passo a passo praticando. Nesse momento, o professor pediu para que os estudantes mostrassem aquilo que haviam pesquisado e que fossem demonstrando. Em seguida, o professor de Educação Física foi aproveitando a execução dos estudantes e orientando como praticar a amarelinha africana, organizando as duplas e pequenos grupos. Enquanto parte da turma realizava a atividade a outra apreciava, posteriormente, invertia-se as funções na aula.

Nesse momento, o professor de Educação Física optou por não utilizar a música vinculada para tal atividade, denominada “MINUE, MINUE LE GUSTA LA DANCE”, pois entendeu que, para facilitar o aprendizado, a música deveria ser incluída posteriormente. Assim, enfocou a compreensão básica de posicionamentos e deslocamentos na amarelinha africana. Para marcar a referida amarelinha, o professor utilizou dez pedaços de barbantes com aproximadamente 2 metros de comprimento fixados no chão por pequenos pedaços de fita adesiva.

Na quarta aula, os estudantes vivenciaram a amarelinha africana utilizando-se do ritmo musical. Para tanto, o docente precisou de um smartphone, caixa de som com conexão da música no *youtube* via *Bluetooth*. Nessa aula, foi experimentada a marcação das casas no chão feitas manualmente por meio de giz escolar de quadro negro, composto de uma mistura de gesso. A música tornou a atividade mais atrativa, desafiadora e divertida para as crianças, que demonstravam alegria em tal prática corporal de matriz africana.

Diante dessa sequência didática de aulas, percebeu-se nessa prática pedagógica possibilitou que os discentes participassem efetivamente das atividades propostas, proporcionando uma boa interação entre os pares, pois a amarelinha africana estimulou a cooperação e empatia entre os estudantes. Além disso, observou-se que tal brincadeira é capaz de envolver todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, nas aulas de Educação Física de modo divertido e interativo. Ao final dessa aula, o professor perguntou aos discentes: como foi a experiência na prática da amarelinha africana? Sentiram alguma dificuldade? Então, eles tiveram a oportunidade de expressar-se

verbalmente acerca das suas sensações e percepções durante as vivências. Seguem algumas dessas declarações nos resultados dessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados analisados neste estudo apontam que as vivências na amarelinha africana além de contribuir para atender aos princípios metodológicos gerais da Educação Física Escolar (inclusão, diversificação, complexidade e adaptação aos alunos), apresentou-se como um efetivo potencial inclusivo nas aulas de Educação Física ao envolver todos os educandos, especialmente, aqueles com deficiência.

Dessa maneira, os discentes tiveram a oportunidade de se sentirem incluídos no processo educativo em uma instituição de ensino pública, mesmo diante dos desafios, da carência de estrutura física e material pedagógico para tematizar os conteúdos da Educação Física. Acredita-se que as atividades desenvolvidas a partir da sequência didática contribuiu para um olhar inclusivo na escola, oportunizando a participação e o desenvolvimento de competências educativas para a vida em sociedade como a empatia e cooperação.

Além disso, observou-se nessa prática pedagógica que houve, por parte dos discentes, um respeito mútuo às diferenças, sendo eles capazes de respeitar uns aos outros nas interações durante as atividades apresentadas. Para eles, a prática da amarelinha africana foi percebida como sendo majoritariamente divertida, bem como notada pelos educandos como sendo uma brincadeira em que não existiram vencedores nem perdedores, mas, sobretudo, imperou nas vivências o respeito as diferenças, a interação e a inclusão de todos.

Nesse contexto, pode-se destacar alguns relatos dos estudantes sobre como foram suas percepções das vivências na brincadeira da amarelinha africana, verbalizados ao final da sequência didática:

*“Minha experiência foi ótima, porém tive um pouco de dificuldade para entender.
(Estudante 2 – turma A)*

“Só fiquei muito cansada. (Estudante 15 - turma A)

“Achei legal e muito bom e divertido.” (Estudante 17- turma A)

“Foi muito legal e divertido, e eu não tive nenhuma dificuldade. (Estudante 21- turma A)

“A minha experiência fazendo a amarelinha africana foi muito bom eu amei participar.” (Estudante 28- turma A)

Consoante os relatos dos estudantes da turma 6º ano A, identificou-se que a vivência na amarelinha africana foi caracterizada como atrativa, divertida, sendo para os estudantes uma experiência prazerosa e, em um caso específica, foi cansativa. Além disso, boa parte dos discentes afirmaram nas suas falas que não houveram dificuldades nos momentos da prática da atividade.

“Uma experiência muito boa e teve muita diversão.” (Estudante 3 - turma B)

“Eu no começo errei tudo, mas depois aprendi, foi muito legal.” (Estudante 17- turma B)

“Boa experiência e super fácil de brincar.” (Estudante 24 - turma B)

“Eu fazia com giz na calçada da minha casa eu brincava todo dia.” (Estudante 24- turma B)

“Eu gostei muito e divertido e pode brincar em qualquer lugar. Não tive dificuldade achei muito fácil.” (Estudante 28 - turma B)

No tocante aos relatos dos estudantes na turma 6º ano B, verificou-se que, de modo semelhante à turma A, a maioria deles consideraram que a prática da amarelinha africana foi atrativa e divertida. Além disso, alguns perceberam como uma atividade de fácil aprendizado. Um ponto declarado que chama a atenção dos pesquisadores diz respeito ao fato de que a vivência foi capaz de transcender os muros da escola, sendo praticada inclusive no contexto familiar e entendida como uma atividade que pode ser vivenciada em diversos lugares do cenário social em que vivem.

Segundo a BNCC (Brasil, 2018, p. 229), tem-se como uma das habilidades a serem desenvolvidas (EF35EF04):

Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.

Apesar de a inclusão de pessoas com ou sem deficiências serem garantidas na legislação brasileira, entende-se que deve haver uma intencionalidade pedagógica na escola rumo a uma educação inclusiva. Nesse sentido, cabe ao professor atuar como mediador do processo de ensino e aprendizagem, a fim de proporcionar vivências

educativas inclusivas com os estudantes com algum tipo de deficiências sejam elas: física, intelectual, visual, auditiva, dentre outras.

Uma legislação que pode ser considerada como marco no contexto histórico-político-social da deficiência é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2016, p. 21) ao definir que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Além da barreira arquitetônica enfrentada pelas pessoas com deficiência, considera-se que a barreira atitudinal é uma das mais desafiadoras, pois essa refere-se ao comportamento humano que pode incluir ou excluir uma pessoa de determinado ciclo de relações humanas num dado contexto sociocultural. Nesse sentido, a educação formal desenvolvida na escola tem o papel fundamental de promover e favorecer um olhar ampliado e sensível para a inclusão de todos.

Na escola, a Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório, que por meio do trabalho de professor crítico e reflexivo tem como importante tarefa ser um agente de transformação social rumo a uma escola verdadeiramente inclusiva. Neste estudo, os pesquisadores observaram que as vivências dos estudantes na amarelinha africana foram apontadas com um potencial educacional inclusivo.

Nesse sentido, a amarelinha africana apresentou-se como sendo uma brincadeira essencialmente cooperativa, capaz de ajudar no desenvolvimento de competências gerais educacionais, como: empatia, cooperação, comunicação. Desse modo, corroborando com a BNCC (Brasil, 2018), exercitando o diálogo, o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos, sem preconceitos de qualquer natureza.

Corroborando com Ricardo *et al.* (2024), o ensino de jogos e brincadeiras tradicionais afro-brasileiras são capazes de ampliar o diálogo sobre a educação para as relações étnico-raciais em razão do processo de lutas políticas e sociais previsto em lei (10.639/03). Para Macamo e Pinto (2016), alicerçados nessa lei, é necessário construir uma imagem positiva da África e do negro rumo a uma transformação social de valorização da cultura afro-brasileira.

Em consonância com Macamo e Pinto (2016), o desenvolvimento da amarelinha africana como objeto de conhecimento nas aulas de Educação Física, portanto,

diferentemente dos conteúdos eurocêntricos (futebol, handebol, voleibol e basquetebol), contribui para romper com a supremacia de conteúdos tradicionalmente ensinados na Educação Física Escolar e ajudam a instaurar a igualdade e o respeito à diversidade.

Ao final da intervenção pedagógica, constatou-se na prática docente, que a amarelinha africana foi caracterizada como um jogo cooperativo, em consonância com (Correia, 2006). Além disso, observou-se que nessa vivência, que os participantes foram capazes de melhorar a autoestima, a cooperação, potencializando valores e atitudes humanas, como: solidariedade, a confiança e o respeito mútuo (Brotto, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta e discute uma possibilidade de intervenção pedagógica inclusiva na Educação Física escolar por meio da vivência com a amarelinha africana, brincadeira de matriz africana que possibilita a mobilização de diferentes conhecimentos, saberes e valores para o convívio em sociedade.

Nesse sentido, os resultados analisados dessa pesquisa apontam que as vivências na amarelinha africana demonstraram um potencial inclusivo nas aulas de Educação Física ao envolver educandos sem e com deficiências. Os participantes foram capazes de respeitar as diferenças em uma prática percebida como atrativa, divertida e cooperativa, onde não existiram vencedores nem perdedores, mas inclusiva para todos.

Entende-se que a escola precisa caminhar coletivamente rumo a uma escola verdadeiramente inclusiva, mesmo diante das diversas demandas que permeiam o contexto educacional. As ações pedagógicas que atuam na perspectiva da educação inclusiva necessitam do envolvimento de todos os profissionais de educação da escola (professores, coordenadores, gestores, servidores), bem como discentes, a família e a comunidade.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. edição. São Paulo: Atlas, 2011.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física Escolar: uma proposta de diretriz pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 2002. Disponível em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363/1065>. Acesso em 05 de maio de 2024.

BRASIL. **LEI n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História da África e dos africanos no Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de janeiro 2003.

BRASIL, CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf> . Acesso em: 05 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2024.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2002.

CORREIA, M. M. Jogos cooperativos perspectivas, possibilidades e desafios na educação física escolar. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 149-164, 2006.

LOPES, M. Políticas de inclusão e governamentalidade. In. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. (orgs). **Políticas de inclusão**: gerenciando riscos e governando diferenças. 1ª edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p.7-15.

MACAMO, A. J.; PINTO, F. M. Jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras na educação física escolar: um relato de experiência. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 2, n. 1, p. 360-370, 2016.

MACHADO, A. C. Deficiência Intelectual. **Indaial UNIASSELVI-PÓS**, 2018.

KLEIN, R. R. Educação Especial e Inclusão Escolar. 2ª Edição. **Indaial UNIASSELVI-PÓS**, 2019.

RICARDO, K. H.; WITTIZORECKI, E. S.; BINS, G. N.; ABREU, D. S. Brincadeiras e jogos de matrizes indígena e africana nas aulas de Educação Física com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala. **Conexões**, Campinas: SP, v. 22, 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA-NETO, A. J.; LOPES, M. Inclusão e governamentalidade. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947- 963, out. 2007, p. 947-963. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CdwxsTyRncJRf8nmrhmYjsg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de mai. 2019.